

Comor pode unificar, no futuro, os 3 orçamentos

Com a criação, ontem, do Comitê Interministerial de Acompanhamento e Execução dos Orçamentos Públicos (Comor), o Governo brasileiro deu o primeiro passo no sentido da unificação futura dos orçamentos monetário, fiscal e das estatais. O Comor surge como um órgão colegiado presidido ao mesmo tempo por dois expoentes do segundo escalão econômicos, os secretários gerais dos ministérios da Fazenda e Planejamento, com atribuições de controlar com todo o rigor os gastos que resultam no déficit do setor público.

A idéia de unificar os três orçamentos foi defendida inicialmente pela missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), como sendo uma alternativa para a médio prazo frear o ímpeto das empresas estatais em investir sem um referencial estratégico. Posteriormente a proposta do FMI foi também defendida pelos ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos, que apregoaram a unificação dos três orçamentos como um passo determinante para que o Brasil consiga um dia recuperar-se do atual impasse econômico.

A portaria interministerial número 200, publicada no Diário Oficial de ontem, assinada pelos ministros Ernane Galvêas e Delfim Netto, da Fazenda e Planejamento, estabelece que o Comor acompanhará a execução dos três orçamentos através dos indicadores estabelecidos para esta finalidade, com autoridade para intervir sugerindo providências que julgar necessárias "à correção de eventuais desvios". O Comitê fica, assim, com atribuições de supervisão ao que hoje é executado pelas Secretaria de Controle Interno (Secin), Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (Sarem) e Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest), todas da Secretaria de Planejamento (Seplan) da Presidência da República.

O Comor, que agora está sendo presidido ao mesmo tempo por Mailson Nóbrega e Flávio Pécora, respectivamente secretários gerais do ministério da Fazenda

e Seplan, já existia informalmente há meses, reunindo-se secretamente todas as terças-feiras. Neste período todo a movimentação dos quinze membros foi sempre explicada como sendo "uma reunião de rotina". Durante todo o tempo em que atuou informalmente o Comor resumiu-se a analisar questões extra-orçamentárias.

O Comor a partir de agora, vai apreciar os créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários), o comportamento da arrecadação federal, a despesa de pessoal do setor público, os limites de dispêndios globais e de captação de recursos externos das empresas estatais, o reconhecimento de prioridade para contratação ou renovação de créditos externos e internos, o endividamento das empresas estatais junto a instituições financeiras e fornecedores, e o endividamento público decorrente da cobertura de compromissos assumidos no exterior (aviso GB 588 e mecanismos similares).

O Comor vai analisar ainda a dívida pública mobiliária federal e de mercado aberto, as operações de endividamento público de Estados e municípios, os planos de recursos e aplicações das instituições financeiras federais, a política de preços e tarifas do setor público, os redescontos e refinanciamentos, os empréstimos externos e mecanismos de depósitos em moeda estrangeira, as operações ao abrigo do Finex-BB e Finex-Leste Europeu, a fixação dos Valores Básicos de Custeio e de preços básicos.

Toda a política agrícola também ficará submetida ao crivo do Comor. A sua função a coloca bem acima de outros órgãos do Governo, como a Companhia de Financiamento da Produção (CFP). O Comor, a partir de agora, é que dará a palavra final a respeito dos reajustes dos Valores Básicos de Custeio (VBCs) e dos Preços Básicos, ambos índices determinantes para que milhões de agricultores brasileiros façam suas opções sobre o que plantar, como plantar e quanto.